



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS
SECRETARIA DE INFORMÁTICA

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA
***Registro de Preços de Acesso Móvel à
internet***

Palmas/TO, Agosto/2014

SUMÁRIO

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO.....	3
2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO	3
2.2. Motivação.....	3
2.3. Resultados a Serem Alcançados com a Contratação.....	4
2.4. Justificativa da Solução Escolhida.....	4
3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO	4
3.2. Bens e/ou Serviços.....	5
4. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA.....	5
4.1. Mini-Modem:	5
4.2. Chips:.....	5
4.3. Serviço de acesso à internet móvel:.....	6
5. MODELO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO / FORNECIMENTO DE BENS.....	7
5.1. Prestação dos serviços	7
5.2. Fornecimento de Mini-Modens	7
5.3. Fornecimento de Chips GSM.....	7
6. ELEMENTOS PARA GESTÃO DO CONTRATO	8
6.1. Papéis e Responsabilidades	8
6.2. Deveres e Responsabilidades da CONTRATANTE.....	8
6.3. Deveres e Responsabilidades da CONTRADADA	8
6.4. Do Registro de Preços e do Contrato	10
6.5. Prazos de entrega.....	10
6.6. Aceite e Testes de qualificação.....	10
6.7. Condições para Pagamento.....	11
6.8. Garantia e condições de assistência técnica.....	11
7. SANÇÕES APLICÁVEIS	12

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Registro de Preços para fins de contratação imediata e futura de empresa especializada para prestação de serviços de acessos móveis ilimitados à internet, utilizando prioritariamente tecnologias de terceira geração (3G) do Serviço Móvel Pessoal (SMP).

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Tabela 1: Relação Demanda x Necessidade

Item	Demanda prevista	Unidade	Quantitativo a ser registrada	Previsão de aquisição	Aquisição Imediata
1	Acesso móvel à internet com, prioritariamente, tecnologia 3G com fornecimento de chips e/ou modems conforme especificação constante do Item 4.	Unid.	100	100	50

- 2.1. Quando da requisição de fornecimento a contratada deverá entregar Chips em quantitativo mínimo de 10% (dez por cento) do quantitativo de Acessos solicitados como reserva técnica do Tribunal.

2.2. Motivação

2.2.1. A contratação é imprescindível para possibilitar o provimento da demanda de conexões de contingência na sede dos cartórios eleitorais, prover acessos em alguns locais de votação para fins de transmissão dos resultados das eleições, bem como para atender demanda de acessos móveis à internet aos magistrados, gestores e equipes técnicas do Tribunal, quando ausentes de seus locais de trabalho ou quando em viagens a serviço.

2.2.2. Atualmente o Tribunal possui contratado o serviço de acesso móvel à internet por meio do Contrato 12/2010, porém, em quantidade limitada a 25 acessos, insuficientes para suprir a demanda atual, e com prazo de vigência próximo da expiração.

2.2.3. O objetivo da contratação está alinhado ao plano estratégico institucional, essencialmente a “Garantir a infraestrutura e disponibilidade de sistemas essenciais de

TI” de forma a garantir a continuidade dos serviços de conexões à rede da JE e, em consequência positiva, a disponibilidade dos serviços aos clientes de TI.

2.3. Resultados a Serem Alcançados com a Contratação

2.3.1. Acessos contingenciais à rede da Justiça Eleitoral a partir dos cartórios eleitorais, para suprir eventuais falhas nos links de dados objetos do contrato 33/2011.

2.3.2. Condições de trabalho aos Magistrados, Gestores do Tribunal e integrantes da equipe técnica de suporte de TI para realizarem suas atividades inerentes aos cargos que exercem mesmo quando ausentes dos respectivos locais de trabalho, por meio do acesso à rede e serviços desta Justiça utilizando da tecnologia de VPN (Network Virtual Private) tendo como base o acesso móvel à internet, o que resultará em aumento da produtividade refletindo indiretamente na prestação jurisdicional.

2.4. Justificativa da Solução Escolhida

Diante das particularidades das demandas por conexão à internet e à rede da Justiça Eleitoral em locais não definidos previamente pelos Gestores do Tribunal e Técnicos de Suporte de TI, bem como diante de necessidade de provermos meios para continuidade das atividades cartorárias e disponibilidade de acesso aos serviços de TI em caso de problemas técnicos nos atuais links de dados cabeados das Zonas Eleitorais, a solução mais adequada para minimizar tais dificuldades passou a ser o acesso móvel à internet, a qual caracteriza-se por transpor as barreiras das estruturas físicas para prover acessos à Internet. Por meio desse acesso móvel à internet além de poder acessar os serviços de TI do Tribunal disponíveis na web, é possível o estabelecimento da conexão via VPN para possibilitar acesso à rede da Justiça Eleitoral a partir de qualquer local que tenha alcance do sinal do serviço de acesso móvel à internet provido pela contratada.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. Descrição

- 3.1.1. A solução a ser contratada trata-se de serviço de acesso móvel à internet, baseada, prioritariamente na tecnologia de terceira geração (3G) de acessos móveis à internet disponível no mercado. Justifica-se o termo prioritariamente devido as limitações de disponibilidade dos serviços na área de abrangência dessa Justiça Especializada.
- 3.1.2. O serviço deverá ser fornecido pela contratada por meio de Chips devidamente ativados, os quais serão utilizados em dispositivos móveis, Como: mini-modems, Smartphones, IPads, etc.
- 3.1.3. Considerando a diversidade de dispositivos móveis em uso por este Tribunal, o fornecimento de chips dever ser conforme solicitado pela contratante: Chips normais, microchips ou nanos chips.
- 3.1.4. O serviço a ser contratado deverá ser, prioritariamente, baseado na tecnologia de terceira geração (3G) de acessos móveis à internet, no entanto, assim como será aceito pela contratante o fornecimento de serviços de menor qualidade (segunda

geração – 2G) em locais ainda não cobertos pela tecnologia 3G, a contratada deverá fornecer serviços baseadas em tecnologias superiores para locais já cobertos por tais tecnologias ou que venham a ser contempladas no decorrer da vigência do contrato.

- 3.1.5. No caso de fornecimento de serviço de tecnologias superiores a 3G a contratada deverá adequar o fornecimento dos respectivos Chips e/ou modems para o correto funcionamento com a nova tecnologia.
- 3.1.6. Considerando que diversos acessos à internet serão utilizados em dispositivos móveis como Smartphones, Ipad, etc, não haverá exigência para fornecimento de Mini-Modems em quantidades iguais a quantidade de acessos solicitados, contudo, a contratada deverá fornecer mini-modems, no mínimo, em quantitativo correspondente ao percentual de 30% (trinta por cento) em relação ao total de acessos solicitados.

3.2. Bens e/ou Serviços

- 3.2.1. Serviço de acesso móvel à internet, baseado prioritariamente na tecnologia de terceira geração 3G, ativado com chips fornecidos pela contratada.

4. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

A solução a ser contratada será composta por bens e serviços, os quais devem atender às seguintes especificações, sendo que os bens a serem fornecidos pela contratada em regime de comodato se resumem aos mini-modems e Chips.

4.1. Mini-Modem:

- 4.1.1. Deve possuir interface USB 2.0 ou superior;
- 4.1.2. Possuir antena embutida;
- 4.1.3. Ter capacidade de suportar o tráfego de dados na velocidade do serviço fornecido ao contratante, conforme a disponibilidade do serviço: 2G, 3G ou superior;
- 4.1.4. Deverá ser fornecido o software de instalação do dispositivo (mini-modem), manual do usuário;
- 4.1.5. Os Mini-Modems fornecidos deverão ser novos em linha de produção pelo fabricante, com drivers de instalação compatíveis com o sistema operacional Windows XP, Windows 7, Windows 8 ou superior;
- 4.1.6. Os Mini-Modems serão fornecidos em regime de comodato.

4.2. Chips:

- 4.2.1. Os chips a serem fornecidos deverão ter compatibilidade com os dispositivos móveis a serem utilizados pelo contratante para acesso à internet: Mini-Modems, Smartphones, Ipad, etc.;

- 4.2.2. A quantidade de cada tipo de chips (Chips tamanho normais, micro-chips e nano-chips) será definida pela contratante quando da solicitação de fornecimento;
- 4.2.3. Os chips deverão ser do tipo SIM Card (Subscriber Identify Module) habilitados para transmissão de dados pela internet através da rede móvel 3G/2G ou superior;

4.3. Serviço de acesso à internet móvel:

- 4.3.1. O serviço a ser contratado é exclusivamente para o tráfego de dados. A CONTRATADA será responsável pelo bloqueio de outros serviços como Chamadas de Voz e Mensagens (SMS, MMS e afins).
- 4.3.2. O CONTRATANTE não será responsável pelo ônus decorrente de uso de serviços diferentes do serviço de tráfego de dados;
- 4.3.3. O serviço de acesso à internet móvel deverá estar disponível 24 horas por dia, na velocidade de transmissão nominal compatível com a tecnologia disponível no local de uso pela contratante. Por exemplo: 1 Mbps (Um Megabit por segundo) para a rede 3G; 128 Kbps (Cento e vinte e oito Kilobits por segundo) para a rede 2G;
- 4.3.4. Para cada acesso à internet móvel contratado deverá ser disponibilizada uma franquia mensal mínima de 5 Gb (Gigabytes) de dados;
- 4.3.5. A velocidade de transmissão nominal para cada tecnologia (2G/3G ou superior) deverá ser mantida, no mínimo, até o limite da franquia de dados mensais para cada acesso contratado;
- 4.3.6. Quando a franquia mensal (5 GB) por acesso contratado for ultrapassada, o acesso à internet não poderá ser bloqueado, entretanto, a velocidade poderá ser reduzida de acordo com os padrões de mercado, autorizados pela ANATEL. Mesmo com a redução da velocidade de navegação o acesso deverá continuar sendo ILIMITADO;
- 4.3.7. Havendo necessidade de provedor de acesso à internet para possibilitar a navegação, a contratada será responsável por disponibilizá-lo à contratante;
- 4.3.8. O serviço deve ter garantia de funcionamento, segundo os índices avaliados pela ANATEL;
- 4.3.9. O serviço de acesso móvel à internet deverá ter no mínimo a cobertura/localidades constante da tabela 2, a seguir:

Tabela 2: Cobertura mínima exigida para fornecimento do serviços

Ordem	Localidades - Tocantins	Tecnologia mínima de acesso à internet.	Obs.
1	PALMAS	3G	
2	Araguaina	3G	
3	Gurupi	3G	
4	Porto Nacional	3G	
5	Paraíso do Tocantins	3G	
6	Colinas	2G	

7	Miracema	2G	
8	Guaraí	2G	
9	Filadélfia	2G	
10	Tocantinópolis	2G	
11	Araguatins	3G	
12	Xambioá	2G	
13	Alvorada	2G	
14	Formoso do Araguaia	2G	
15	Colméia	2G	
16	Taguatinga	2G	
17	Natividade	2G	
18	Augustinópolis	2G	
19	Arraias	2G	
20	Pedro Afonso	2G	
21	Dianópolis	2G	
22	Miranorte	2G	

5. MODELO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO / FORNECIMENTO DE BENS

5.1. Prestação dos serviços

- 5.1.1. A contratada prestará o serviço de acesso à internet móvel por meio da rede móvel digital de banda larga, empregando prioritariamente a tecnologia de terceira geração (3G).
- 5.1.2. Nas localidades sem o serviço 3G será aceito o fornecimento do serviço baseado em tecnologia inferior, ou seja, tecnologia 2G;
- 5.1.3. Nas localidades já contempladas com tecnologias superiores a 3G o fornecimento do serviço deverá ser baseado nessa nova tecnologia.**

5.2. Fornecimento de Mini-Modens

- 5.2.1. A contratada deverá fornecer Mini-Modens à contratante, no mínimo, em quantitativo correspondente a 30% (trinta por cento) do quantitativo de acessos à internet móvel solicitados pela contratante.
- 5.2.2. Os mini-modens serão fornecidos em regime de comodato;

5.3. Fornecimento de Chips GSM

- 5.3.1. A contratada deverá fornecer Chips GSM à contratante em quantitativo correspondente a 110% (cento e dez por cento) do quantitativo de acessos à internet móvel solicitados pela contratante. Sendo que 10% (dez por cento) deverá ser entregue sem ativação, como reserva técnica.

- 5.3.2. O quantitativo de Chips solicitados deverão ser entregues devidamente habilitados com o serviço de acesso à internet móvel contratado.
- 5.3.3. O modelos dos chips deverão ser entregues conforme o quantitativo solicitado pela contratante, cujos modelos a serem fornecidos são: chips normais, micro-chips e nano-chips. A contratante definirá quando da solicitação os modelos/quantidade que deverão ser fornecidos como reserva técnicas.
- 5.3.4. A ativação dos chips fornecidos para fins de reserva técnica ocorrerá sob demanda da contratante, cujos chips serão utilizados em substituição a chips problemas.

6. ELEMENTOS PARA GESTÃO DO CONTRATO

6.1. Papéis e Responsabilidades

- 6.1.1. O contrato será gerido por comissão especialmente designada, composta de servidores da Coordenadoria de Suporte e Infraestrutura - área demandante e área técnica e da Secretaria de Administração e Orçamento - área administrativa, que serão respectivamente fiscal demandante, fiscal técnico e fiscal administrativo do contrato.

6.2. Deveres e Responsabilidades da CONTRATANTE

- 6.2.1. Emitir nota de empenho.
- 6.2.2. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- 6.2.3. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da CONTRATADA às dependências do Tribunal;
- 6.2.4. Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos técnicos, qualitativos e quantitativos; anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquela;
- 6.2.5. Efetuar o pagamento mensalmente após o recebimento definitivo;
- 6.2.6. Fiscalizar e acompanhar a execução contratual.
- 6.2.7. Documentar as ocorrências relativas à execução contratual;
- 6.2.8. Receber e conferir as faturas, através do fiscal do contrato, enviar ao setor responsável pelo pagamento, atestando-as com ou sem ressalvas;

6.3. Deveres e Responsabilidades da CONTRADADA

- 6.3.1. Realizar os serviços, para os quais foi contratada, em conformidade com as normas e legislação vigentes;
- 6.3.2. Zelar pela perfeita execução dos serviços;
- 6.3.3. Fornecer ao CONTRATANTE:**

- 6.3.3.1. Aparelhos novos (de primeiro uso) de comunicação de dados – Mini-Modems e Chips – em regime de comodato;
- 6.3.3.2. Fornecer dispositivos e habilitar serviços de acesso móvel à internet sempre utilizando a mais recente tecnologia de acesso disponível nas localidades constantes da Tabela 2;
- 6.3.3.3. Nota fiscal de serviços na modalidade fatura unificada (customizada) em código de barras, contendo a quantidade de acessos móveis à internet.
- 6.3.3.4. Nas notas fiscais/faturas deverá contemplar a retenção dos impostos federais obrigatórios por lei.
- 6.3.3.5. As notas fiscais/faturas deverão ser enviada a sede do Tribunal, localizado na Av. Teotônio Segurado, quadra 212 Norte, Conjunto 01, Lotes 1 e 2 – Plano Diretor Norte – Palmas/TO, CEP nº 77.006-214.
- 6.3.3.6. Disponibilizar meio de acesso para reclamação do serviço ou contestação da conta, caso ocorra algum fato susceptível de questionamento da fatura, por telefone ou correio eletrônico.
- 6.3.3.7. Indicar, no momento da assinatura do contrato, representante para manter contato com a CONTRATANTE para o esclarecimento de dúvidas e agilizar as providências, fornecendo os seguintes dados do empregado designado:
 - a. Nome;
 - b. Telefone;
 - c. Endereço de correio eletrônico (Email).
- 6.3.3.8. A CONTRATADA deverá fornecer todos os serviços necessários para conexão dos equipamentos à INTERNET, sem a necessidade de contratação por parte do Tribunal de quaisquer outros serviços adicionais;
- 6.3.3.9. A CONTRATADA deverá fornecer os dispositivos de comunicação de dados solicitados (Mini-Modems e Chips) devidamente habilitados e ativados para o acesso à internet no prazo especificado no contrato.
- 6.3.3.10. Envidar todo o empenho necessário ao fiel e adequado cumprimento dos encargos que lhe são confiados;
- 6.3.3.11. Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez inexistir, no caso, vínculo empregatício deles com o CONTRATANTE;
- 6.3.3.12. Manter, durante toda a execução contratual, todas as condições de habilitação exigidas na licitação;
- 6.3.3.13. Aceitar os acréscimos ou supressões julgadas necessárias pelo CONTRATANTE, nos limites estabelecidos na lei 8666/1993;

- 6.3.3.14. Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao Tribunal ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

6.4. Do Registro de Preços e do Contrato

- 6.4.1. A ata de registro de Preços terá vigência de 01 (um) ano, contado de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU).
- 6.4.2. Em observância ao que dispõe o §4º do art. 22 do Decreto nº 7.892/2013, as adesões por órgãos não participantes poderão ser concedidas até o limite do quántuplo do quantitativo de cada item registrado para o órgão gerenciador e participantes.
- 6.4.3. O contrato terá vigência de 01 (um) ano, contado da assinatura do mesmo, podendo ser renovado em iguais e sucessivos períodos de acordo com a legislação vigente, até o limite máximo de 5 (cinco) anos.

6.5. Prazos de entrega

- 6.5.1. A Contratada deverá fornecer os dispositivos de comunicação de dados solicitados (Mini-Modems e Chips) devidamente habilitados e ativados para o acesso à internet **no prazo de 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato.**
- 6.5.2. Os dispositivos de comunicação de dados (Mini-Modems e Chips) deverão ser entregues na Secretaria de Tecnologia da Informação, localizada no 1º Andar da Sede do Tribunal, situado na Av. Teotônio Segurado, Quadra 212 Norte, Conjunto 01, Lotes 1 e 2 – Plano Diretor Norte – Palmas/TO, CEP nº 77.006-214, aos cuidados da Coordenadoria de Suporte e Infraestrutura.

6.6. Aceite e Testes de qualificação

- 6.6.1. Para realização do aceite dos dispositivos de acesso móvel à internet a fiscalização do contratado, com auxílio da equipe técnica de TI da CONTRATANTE realizará as seguintes atividades:
- 6.6.1.1. Verificação de atendimento das especificações técnicas constantes deste termo de referência;
- 6.6.1.2. Verificação da disponibilidade dos serviços conforme a cobertura mínima exigida na Tabela 2;
- 6.6.1.3. Testes de conectividade com a internet e verificação da qualidade de persistência do sinal de acesso;
- 6.6.1.4. Testes para verificação do atendimento da velocidade exigida conforme a tecnologia de acesso disponível (3G: 1 Mbps, 2G: 128Kbps) nas localidades dentre as constantes da Tabela 2 (cobertura), incluindo obrigatoriamente a Sede do Tribunal e seus Anexos.

- 6.6.1.5. Para aferição da velocidade poderá ser utilizado softwares específicos disponível para download na internet de escolha da equipe técnica.

6.7. Condições para Pagamento

- 6.7.1. O pagamento à contratada será efetuado no prazo de 5 (cinco) dias úteis, através de Ordem Bancária, após apresentação da Nota Fiscal/Fatura em 1 (uma) via, devidamente atestada pelo gestor do contrato.
- 6.7.2. A nota fiscal/fatura deverá indicar o número da conta corrente e agência bancária para emissão da respectiva Ordem Bancária, além do número da nota de empenho.
- 6.7.3. Sobre a fatura incidirão os tributos legalmente instituídos e as multas que eventualmente vierem a ser aplicadas. Sendo a licitante vencedora isenta ou beneficiária de redução de alíquota de qualquer imposto, taxa ou de contribuição social ou ainda optante pelo SIMPLES, deverá apresentar junto com a fatura, cópia do comprovante respectivo.

6.8. Garantia e condições de assistência técnica

- 6.8.1. A prestação dos serviços de suporte e assistência técnicas terá início imediatamente após a entrega dos dispositivos de acesso à internet.
- 6.8.2. Ocorrendo problemas de funcionamento nos dispositivos de acesso à internet (modens e chips) a contratante fará a substituição pelos dispositivos reservas.
- 6.8.2.1. A Ativação do chip reserva deverá ser feita em até 72 (setenta e duas horas úteis) após a solicitação pela fiscalização do contrato;
- 6.8.2.2. O cancelamento dos serviços do dispositivo substituído deverá ocorrer automaticamente com a ativação do serviço no novo dispositivo;
- 6.8.2.3. O dispositivo reserva utilizado deverá ser repostado pela CONTRATADA no prazo máximo de 15 (quinze) dias;
- 6.8.3. O suporte técnico compreende a solução de problemas de funcionamento encontrados durante a operação normal dos equipamentos.
- 6.8.4. A abertura de chamados será efetuada por um dos seguintes canais: correio eletrônico, telefone ou por web site. No caso de abertura por meio de telefone, o contato será efetuado mediante número nacional isento de tarifação telefônica (por exemplo, prefixo 0800), ou de telefone fixo localizado no município sede do Tribunal;
- 6.8.5. A CONTRATADA deverá fornecer um número de protocolo para cada chamado aberto;
- 6.8.6. A CONTRATADA deverá manter uma página na internet que possibilite a abertura e o acompanhamento de chamados;
- 6.8.7. O atendimento deve ser efetuado em língua portuguesa;
- 6.8.8. Fornecimento de acesso irrestrito (24 horas x 7 dias da semana) à área de suporte do fabricante, especialmente ao endereço eletrônico (web site), a toda documentação

técnica pertinente (guias de instalação/configuração atualizados; FAQ's, bases de conhecimento e bases de soluções, com pesquisa efetuada por meio de ferramentas de busca) e atualizações de todos os componentes de software do sistema fornecido;

- 6.8.9. Para os chamados abertos fora do horário comercial o atendimento deverá ser realizado no próximo dia útil;

7. SANÇÕES APLICÁVEIS

- 7.1. A licitante que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, cometer fraude fiscal, não mantiver a proposta ou comportar-se de modo inidôneo será sancionada com o impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

7.1.1. Reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos arts. 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei nº 8.666/93.

- 7.2. O atraso injustificado no início da execução do contrato sujeitará a Contratada à multa de mora, sem prejuízo das demais sanções, inclusive a prevista no inciso IV, do art. 78, da Lei nº 8.666/93, que será aplicada na forma seguinte:

7.2.1. atraso de até 5 (cinco) dias, multa diária de 0,4%, calculada sobre o valor do contrato;

7.2.2. atraso superior a 5 (cinco) dias, multa diária de 0,8% sobre o valor do contrato, limitada a 10% (dez por cento), sem prejuízo da rescisão unilateral por parte da Administração.

- 7.3. Pela inexecução total ou parcial do objeto contratado, a Contratada ficará sujeita às penalidades:

7.3.1. advertência por escrito à Contratada sobre o descumprimento de obrigações assumidas e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;

7.3.2. impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme art. 7º da Lei nº 10.520/2002;

7.3.3. Multa, no percentual de até 10 % (dez por cento), calculada sobre o valor do contrato na hipótese de inexecução parcial do Contrato por culpa da CONTRATADA;

7.3.4. Multa, no percentual de até 15 % (quinze por cento), calculada sobre o valor total do Contrato, na hipótese de inexecução total do Contrato;

7.3.5. Multa, no percentual de 0,5% (meio por cento) ao dia, calculada sobre o valor mensal do contrato, pelos atrasos injustificados no atendimento e na solução final para chamados envolvendo o Mini-Modem e Chip, cujos prazos constam

das obrigações da CONTRATADA. As apurações de atrasos serão realizadas mensalmente e o percentual resultante no mês será limitado a 10% (dez por cento);

- 7.4. O valor da multa aplicada será retido dos pagamentos devidos pelo Tribunal e, caso não sejam suficientes, a diferença será cobrada de acordo com a legislação em vigor.
- 7.5. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Edital.
- 7.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de suspensão de licitar, a licitante será descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

Palmas, 15 de agosto de 2014

Equipe de Planejamento da Contratação

José Neto Luz Carneiro STI/CSI/STI	Valdenir Borges Junior STI/CSI	José de Oliveira Castro Junior SADOR/COMAP/SELIC
Integrante Técnico	Integrante Requisitante	Integrante Administrativo